



**By @kakashi\_copiador**

## APRESENTAÇÃO DO MATERIAL

Queridos alunos!!

Sabemos que os **resumos** das disciplinas **são fundamentais para fixação de conteúdos** e, também, para **realização de revisões**. Um resumo bem feito garante que os principais pontos de cada matéria sejam revisados de forma rápida, **aumentando a produtividade dos estudos e a eficiência das revisões**.

Além disso, sabemos que, principalmente para os grandes concursos, o número de matérias cobradas no edital é muito grande. Dessa forma, além de revisar os pontos marcados em seus materiais, um bom resumo pode encurtar o tempo de revisão, garantindo, assim, que todo o material possa ser revisado em um período de tempo mais curto.

Com isso em mente, apresentamos a vocês o **Resumo de Direito Administrativo – Serviços Públicos**. Trata-se de um material pensado para lhe ajudar em todo esse processo, visando, inclusive, uma economia de tempo de confecção de materiais, tempo que é o bem mais precioso de um concurseiro, não é mesmo?

Esperamos poder ajudá-los!

Conte sempre com o Estratégia em sua caminhada!

**Estratégia Concursos**



*Esse é um material resumido. Em momento algum ele substitui o estudo do material completo. Trata-se de um complemento aos estudos e um facilitador de revisões!*

## RESUMO DE DIREITO ADMINISTRATIVO

### Serviços Públicos

**“Serviços públicos” em sentido restrito** atividades realizadas diretamente pela Administração ou por particulares, sob regime de concessão ou permissão, que visam a satisfazer concreta e materialmente as necessidades da coletividade. Excluídos o exercício do **poder de polícia** e as **funções legislativa** e **jurisdicional**.

## Características dos serviços públicos

**Sujeito estatal** (elemento subjetivo) são de titularidade do Estado, que assume para si a prestação de serviços públicos;

**Interesse coletivo** (elemento material) visam a satisfazer o interesse da coletividade (regra);

**Regime de direito público** (elemento formal) decore do interesse coletivo atendido. Mas há casos em que a prestação se submete a **regime híbrido**.

## Formas de prestação dos serviços públicos

**Prestação direta** → serviço é prestado **pela própria Administração Pública**;

**Prestação indireta** → serviço é prestado **por particulares**, mediante concessão ou permissão do poder público.

**Regulamentação** e **Controle** → atividades **indelegáveis** a particulares.  
Competência do ente público com competência para prestá-lo.

Concessão de serviços públicos	Permissão de serviços públicos	Autorização de serviços públicos
Natureza <b>contratual</b> .	Natureza <b>contratual</b> . Segundo a Lei 8.987, é "contrato de adesão".	É <b>ato</b> administrativo. Em regra, discricionário.
Sempre precedida de licitação – modalidade concorrência ou diálogo competitivo	Sempre precedida de licitação – modalidade não definida em lei.	Não requer licitação prévia.
Pessoas <b>jurídicas</b> ou consórcios de empresas.	<b>Pessoas físicas ou jurídicas.</b>	<b>Pessoas físicas ou jurídicas</b>
Não há precariedade, não se admitindo a revogação do contrato.	Delegação a título <b>precário</b> , dada a possibilidade de revogação unilateral.	Delegação a título <b>precário</b> .

## Concessão de serviço público

- Delegação da prestação do serviço, mediante licitação, na modalidade de concorrência ou diálogo competitivo, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado (precedida ou não da execução de obra pública).

## Princípios do serviço adequado

- Regularidade;
- Continuidade;
- Eficiência;
- Segurança;
- Atualidade;
- Generalidade;
- Cortesia na sua prestação;
- Modicidade das tarifas.

## Exigências

- **lei autorizativa**, salvo:
  - casos previstos no próprio texto constitucional;
  - saneamento básico;
  - limpeza urbana;

- **ato justificativo** da conveniência da outorga
- **licitação prévia**

## Licitação

- modalidade:
  - **concessão**: concorrência ou diálogo competitivo (regra);
  - **permissão**: não especificada pela Lei.
- inversão da ordem das fases de habilitação e julgamento;
- consórcios: obrigatoriamente formalizados antes da celebração do contrato; facultado ao poder concedente exigir a constituição em empresa.

## Contratações realizadas pela concessionária

- regidos pelo direito privado e pela legislação trabalhista (CLT);

- não geram responsabilidade do poder concedente;
- contratação de outras empresas para serviços acessórios:
  - chamada de “subcontratação”;
  - não depende de autorização do poder concedente;
  - não depende de licitação.

### Transferência da execução do contrato de concessão

- **subconcessão**
  - transferência **parcial** da **própria prestação** do serviço público;
  - prevista no contrato de concessão + autorizada expressamente;
  - pelo poder concedente;
  - realização de licitação, na modalidade concorrência;
  - subconcessionária assume todos os direitos e obrigações que eram da concessionária (sub-rogação).



- **transferência da concessão**: substituição da concessionária
  - prévia anuência do poder concedente;
  - novo concessionário deve atender às exigências necessárias e comprometer-se a cumprir as cláusulas contratuais;
  - sem anuência: extinção por caducidade;
  - legislação não exige expressamente licitação.
- **transferência do controle societário** da concessionária ou **temporariamente, da sua administração**;
  - anuência do poder concedente, sob pena de caducidade do contrato.

## Intervenção

- assunção **temporária** da prestação do serviço (não extingue o contrato);
- visa apurar e resguardar a prestação do serviço;
- via **decreto** de intervenção;
- após decretada, 30 dias para instaurar procedimento administrativo (180 dias para concluí-lo);

- Possíveis resultados:
  - Devolução à concessionária: indenização ao prestador **ou**;
  - Extinção do contrato;

## Extinção da concessão

- **Advento do termo contratual;**
- **Encampação:** razões de interesse público;
  - lei autorizativa específica;
  - prévio pagamento da indenização.
- **Caducidade:** inexecução contratual por parte da concessionária
  - Processo administrativo com contraditório da concessionária;
  - Antes de instaurar: comunica as falhas e dá prazo à concessionária;
  - Decreto do poder concedente;
  - Regra: ato discricionário; exceção: transferência desautorizada da concessão/controle acionário;
  - indenização não é prévia.

- **Rescisão:** inexecução por parte do poder concedente
  - Somente pela via judicial;
  - Serviços não podem ser paralisados até o trânsito em julgado da decisão judicial;
  
- **Anulação:** ilegalidade na celebração do contrato
  - Reconhecida pela Administração ou pelo Judiciário;
  - Efeitos *ex tunc*.
  
- **Falência ou extinção da concessionária**